

BORGES, Antonádia (org.). 2014. *Antropologia: razão e poder na pesquisa etnográfica contemporânea*. Brasília, DF: Thesaurus. 190 pp.

Andria Vicente da Silva
Unioeste

Antropologia: razão e poder na pesquisa etnográfica contemporânea é uma coletânea de artigos escritos como resultado das discussões propostas no curso “Epistemologia da Antropologia”, realizado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia na Universidade de Brasília em 2013. Antonádia Borges, professora do curso e organizadora do livro, é quem faz sua introdução e primeiro capítulo. Os demais seis capítulos foram escritos por alunos do mesmo curso.

As reflexões desse volume foram desenvolvidas como uma autocrítica do fazer antropológico, tendo como norteador o conceito de “embruxamento”, originalmente associado à tônica capitalista da despolitização. Stengers e Pignarre, propositores dessa categoria, explicam que o feitiço do capitalismo tem o poder de imobilizar o pensar e paralisar a ação coletiva organizada. A sua magia seria responsável por nos resignar diante de regras com as quais não concordamos ou para as quais nem mesmo cogitamos buscar uma explicação. Não duvidamos de seus métodos de enredo, já que os interpretamos como representações e os desacreditamos como ilusões. Na verdade, aquilo que pensamos ser a fonte do nosso saber — o uso da razão — é o que acaba por finalizar a nossa captura em suas teias, provocando uma espécie de entorpecimento.

Inspirados por essa discussão, os autores dos capítulos do livro propõem estratégias de resistência àqueles “feitiços” que estão ancorados em nossa tradição conceitual disciplinar. Para tanto, certas situações-limites do trabalho antropológico são problematizadas e questionadas. O objetivo é sempre encontrar saídas para labirintos teórico-metodológicos surgidos ao longo dos trabalhos de campo que foram realizados com diversos atores e em diferentes lugares. Para tanto, partem de uma concepção de razão e poder que, por um lado, rechaça a separação entre sujeito e objeto e, por outro, aposta na simetria entre sujeitos de conhecimento.

Arenas de toque entre os textos servem para encorajar a discussão e, ao mesmo tempo, instigar a dúvida — como parece ser o desejo dos autores ao escreverem essas contribuições interessantes para provocar o auto-olhar de todos nós. As ideias de Gabriel Tarde, Bruno Latour, Alfred Gell, Tim Ingold e Eduardo Viveiros

de Castro são acionadas para fomentar debates nos quais paradigmas clássicos modernos da antropologia são postos à prova. A contestação de dualismos — como natureza e cultura, estrutura e prática, discurso e ação, corpo e mente — é feita com base em situações duvidosas e inesperadas enfrentadas no cotidiano das pesquisas antropológicas.

O ponto central de todos os textos é pensar a busca da “verdade” como proposta de uma antropologia moderna, principalmente de paradigma durkheimiano, como um dos principais entraves contemporâneos da nossa disciplina. A procura incessante pela decifração, pela referencialidade, pelo afastamento, pela purificação das emoções é debatida como jaula que aprisiona nossos sentidos. Ver, ouvir, falar, tocar, caminhar: a partir de situações de encontro com anfitriões humanos e não humanos, cada um desses territórios dos sentidos é acionado a fim de nos convidar a repensar a nossa entrada no mundo.

Por exemplo, no artigo de abertura do volume, Antonádia Borges descreve a incredulidade com que ouviu seu interlocutor lhe contar a respeito de um sonho que enunciava a morte deste último. Ela reconhece que essa falta de comprometimento, essa gafe cometida por ela, é da mesma seara daquelas que cometemos ao pensar as histórias que ouvimos em nosso cotidiano de pesquisa como grandes “ilusões”. Neste ponto, o debate centra-se na referencialidade automática e no apego aos protocolos atemporais de depoimentos e entrevistas. Estes últimos são vistos como armas de um auto-ataque impetrado àquilo que acreditamos estar construindo com a utilização de nossas teorias e métodos de pesquisas. A proposta da autora é “levar a sério” o que ouvimos dos sujeitos com os quais conversamos e não tentar alimentar um roteiro construído com base em seqüências lógicas de um discurso científico naturalista moderno.

Nesse mesmo caminho, no segundo capítulo, Simone Soares reconta as experiências de Manuel, um pescador com o qual aprendeu muitíssimo, em Raposa no Maranhão, sobre o poder das águas e a atração da tarrafa (um instrumento tradicional de pesca). Ela argumenta a respeito da crença na nossa autoridade interpretativa constituída por um pretense poder do saber científico. Assim como fez Borges, Soares questiona os métodos antropológicos de busca pela informação que muitas vezes propõem porquês e discursos que só nos distanciam da compreensão do que está sendo falado e demonstrado pelos atores. A aposta em um “saber localizado” e em “conversas compartilhadas” seriam saídas para a produção de um tipo de conhecimento que se constitui na prática, e não *a priori*, com perguntas planejadas e discursos engessados. A autora sugere um redirecionamento do olhar buscando o foco dos interlocutores, que não

necessariamente estão olhando na mesma direção proposta pelo campo teórico da disciplina.

É a mesma ideia de contestação do poder conferido ao cientista social que fez Lucas Amaral propor dar-se ao ridículo. Para tanto, o autor conta sua experiência com o uso das substâncias psicoativas huni e rumã durante um ritual realizado em Brasília sob a liderança de jovens xamãs do Acre. Ele debate o reconhecimento da agência de seres sagrados como ponto de partida para entender suas experiências, ou melhor, “seu compartilhamento da energia do universo” (:83). Ao mesmo tempo, conversa a respeito dos parâmetros de distanciamento antropológico que tornariam um trabalho legítimo quando narra as dificuldades que teve para reordenar ideias experimentadas em sua participação observante nas “mirações”. Ao se declarar a favor de uma não purificação do conhecimento antropológico, ele nos desafia a deixar transparecer dúvidas e contradições de memórias que não terão necessariamente uma sequência lógica, em termos clássicos, mas que ainda assim são interessantes para pensar e relacionar, ou para se deixar movimentar.

Outro viés importante das críticas da coletânea é a inconformação com os padrões metodológicos de reconhecimento do campo de trabalho. Esse ponto instiga Rafael Lasevitz, que escreveu um texto inspirador. Ele reconta suas experiências ao vasculhar a feira da Kantuta, em São Paulo, um reduto popular de bolivianos. Ao passear pelas barracas, observar as pessoas, ouvir suas músicas, ele debate a inquietação que mora em todos nós quando escolhemos nossos objetos de estudo buscando a originalidade (:129) ou, em outros termos, disputando poder no campo disciplinar.

O fato é que, na tentativa de fugir das repetições, dos lugares-comuns, o autor se perde no tempo e no espaço — assim como Tatiane Duarte descreve ter se perdido no Congresso Nacional ao procurar seus interlocutores integrantes da Frente Parlamentar Evangélica. Ambos, Lasevitz e Duarte, cada um à sua maneira, com seu estilo e com as implicações próprias do seu terreno, mostram que é justamente nesse desnortear e no desespero causado pela perda de referências que se constrói a tonalidade, o compasso, o ritmo. Nesses casos, a saída proposta para os enlaces que nos aprisionam em campo (e na teoria) é a assunção da parcialidade do nosso ponto de vista. É reconhecer o tratamento da alteridade como um processo contínuo. Esse ponto também é tocado por Fausto Alvim no sexto capítulo. No caso deste último autor, a sugestão para fugir da caixa que nos aprisiona é assumir que a realidade é complexa, multifacetada, nebulosa e aberta a múltiplas visões, condições e experimentações.

Por fim, e não menos interessante — aliás, um dos pontos altos do livro —, no último capítulo Aline Balestra nos convida a usar a ideia de “sentir com os olhos”

(:165). Ela se baseia na experiência de frequentadoras de academias de ginástica em São Paulo para debater os dualismos corpo e mente, beleza e saúde como uma forma de contestar visões teleológicas generalizantes. Ao propor usar um corpo que se movimenta e se relaciona com o ambiente, Aline nos encoraja a uma atitude etnográfica aberta à possibilidade de dissolver as fronteiras conceituais e repensar a assimetria entre sujeitos. Nesse sentido, a relação entre o nosso *conhecimento* e o dos nossos anfitriões — para usar o substantivo proposto na introdução por Borges como uma alternativa crítica à expressão “interlocutores” (:15) — é construída quando nos permitimos pensar o mundo como ambiente ampliado no qual os elementos são tomados como entidades atuantes. É uma “produção de subjetividade” que refuta consensos genéricos e se propõe criativa a partir de um caráter especulativo que encoraja à experiência.

Enfim, ao contestar teorias e metodologias de ação, ao propor indagações, ao incentivar a dúvida, o livro pode inspirar tanto estudantes quanto antropólogos já titulados. Afinal, com base em uma bibliografia atual e em questões disciplinares em debate, tenciona quebrar a noção de poder como um domínio do pensador e propõe uma revisão da relação observador e observado. Incentiva-se o compartilhamento das ideias e dos sentimentos como possibilidade de encontrar não uma verdade, mas um sentido para o nosso ofício, que se pensa em convívio com agências variadas em tempos e espaços diversos. Contudo, ao criticar os métodos etnográficos e ao enterrar as certezas teóricas, *Antropologia: razão e poder* nos instiga a uma busca que todos nós já sabemos (e como é difícil esse reconhecimento) que não será possível alcançar, embora o interessante seja poder tentar trilhar...